



## Ministério de Minas e Energia Consultoria Jurídica

### PORTARIA Nº 148, DE 3 DE MARÇO DE 2011.

Autoriza a empresa Atlântica II Parque Eólico S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Atlântica II, localizada no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

**O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005549/2010-66, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Atlântica II Parque Eólico S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.963.869/0001-10, com sede na Avenida Marechal Câmara, nº 160, sala 1.622, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Atlântica II, constituída de quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada e 12.900 kW médios de garantia física de energia, localizada às coordenadas 30º19'25" S e 50º20'1" W, no Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da EOL Atlântica II, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/230 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 230 kV, com cerca de cinquenta e cinco quilômetros de extensão, em circuito duplo, interligando a Subestação Elevadora ao Barramento de 230 kV da Subestação Osório 2, de propriedade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

- a) obtenção da Licença de Instalação: até 1º de setembro de 2011;
- b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 3 de outubro de 2011;
- c) início das Obras Civas das Estruturas: até 31 de outubro de 2011;
- d) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 3 de novembro de 2011;
- e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 2 de janeiro de 2012;
- f) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 4 de junho de 2012;

- g) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 1º de novembro de 2012;
- h) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 3 de novembro de 2012;
- i) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 5 de novembro de 2012;
- j) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 7 de novembro de 2012;
- k) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 9 de novembro de 2012;
- l) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 11 de novembro de 2012;
- m) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 13 de novembro de 2012;
- n) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 15 de novembro de 2012;
- o) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 17 de novembro de 2012;
- p) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 19 de novembro de 2012;
- q) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 21 de novembro de 2012;
- r) início da Operação em Teste da 12ª Unidade Geradora: até 23 de novembro de 2012;
- s) início da Operação em Teste da 13ª Unidade Geradora: até 25 de novembro de 2012;
- t) início da Operação em Teste da 14ª Unidade Geradora: até 27 de novembro de 2012;
- u) início da Operação em Teste da 15ª Unidade Geradora: até 29 de novembro de 2012; e
- v) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora à 15ª Unidade Geradora: até 29 de dezembro de 2012;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 07/2010, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R\$ 5.737.637,00 (cinco milhões, setecentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e sete reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Atlântica II;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital, por um prazo de vinte anos; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às tarifas de uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Atlântica II, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EDISON LOBÃO**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.3.2011.